

FMI aprova política econômica

Relatório do Fundo faz balanço positivo da
economia brasileira mas com
ressalvas à meta do déficit público

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — A diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI) endossou a política econômica brasileira, ontem, satisfazendo uma exigência que faltava para o reescalonamento da dívida com o Clube de Paris para o primeiro semestre deste ano. Este balanço positivo, porém, não é a solução para os próximos reescalamentos, e se o Clube de Paris exigir mais, como a volta do Brasil ao FMI, terá que esperar a difícil e demorada conclusão de um acordo com os bancos credores nos Estados Unidos, como explicou uma importante fonte a **O Estado de S. Paulo** e **Jornal da Tarde**.

"Foi o próprio ministro Bresser Pereira quem anunciou que o Brasil só vai ao FMI depois de um acordo com os bancos. Se o Clube de Paris decidiu que conversa com o Brasil apenas depois que ele for ao Fundo, então dependerá das negociações que se abrirão em Nova York no dia 25 deste mês."

A reunião da diretoria do FMI começou por volta das 10 horas da manhã e durou o dia todo, sendo interrompida para o almoço. As 16 horas já se sabia do seu resultado positivo para o Brasil, embora não se pudesse afirmar que estivesse encerrada. No próprio FMI, desde cedo, ontem, já se antecipava que qualquer informação sobre a reunião teria que ser obtida "fora dos canais normais". O silêncio foi realmente preservado. O Departamento do Brasil não respondeu a nenhum dos telefonemas dados.

O que a diretoria examinou foi um relatório de 23 páginas descrevendo a situação no Brasil, nos últimos dois anos, 1986-87. A gestão do ex-ministro Dilson Funaro é retratada sem nenhuma avaliação. Depois, o Plano Macroeconômico que o ministro Bresser Pereira apresentou em 12 de junho, considerado "um plano consistente, razoável, que pode resolver" — como conta outra fonte que teve acesso e estudou atentamente o relatório.

"Comenta-se ainda todos os aspectos do plano. O fiscal. O salarial. O monetário. Os comentários, aqui, são gerais. Há duas observações: uma, sobre os dados da exportação indicando um crescimento de 5%, considerado muito cauteloso, pois o Brasil pode crescer muito mais, e outra, sobre o déficit público, dizendo que a meta fixada em 3,5% está alta, e que o governo brasileiro sabe que

tem que reduzir, no ano que vem, para 2%, em relação ao PNB. O relatório reconhece que há dificuldades, por causa da situação nos estados. É uma descrição apenas. Não há críticas."

O relatório tinha que estar pronto no dia 15 de julho, mas o prazo acabou sendo prorrogado por causa de imprevistos, como a moratória, a mudança da equipe econômica e as medidas do plano do ministro Bresser Pereira. Não era a única condição para o reescalonamento automático do primeiro semestre deste ano, mas as outras caíram, com o atraso.

"O aspecto mais importante da aprovação deste relatório é o de encerrar o acordo feito em janeiro. Então, agora, isto será comunicado ao Clube de Paris, abrindo-se uma nova questão: o que se vai fazer com o segundo semestre e com outros possíveis reescalamentos que o Brasil queira fazer para o ano que vem?" — perguntou a fonte que seguiu de perto as discussões no Fundo Monetário sobre o desempenho da economia brasileira. Para ela, é importante diferenciar que o FMI não aprova ou reprova um país, e, sim, examina uma análise sobre o país, discutindo se ela está ou não correta, se reflete ou não a realidade. "Sob esse aspecto, a análise teve um balanço positivo" — concluiu.

IMPRENSA

Todos os principais jornais norte-americanos deram destaque à reunião entre o ministro Bresser Pereira e o secretário do Tesouro, James Baker III. O **Washington Post** considerou a decisão brasileira de retirar a proposta de converter metade da dívida em títulos de longo prazo, com o desconto do mercado secundário, como "um sinal de que o Brasil está pronto para começar negociações sérias na direção do reinício do pagamento dos juros da dívida".

Já para o **New York Times**, o Departamento do Tesouro conseguiu afastar uma "extraordinária ameaça ao sistema bancário que teria, como consequência, prejuízos de dezenas de bilhões de dólares". Segundo o **Times**, as conversações deram "um novo sopro às metas do Plano Baker para enfrentar a crise do endividamento externo do Terceiro Mundo". O **The Wall Street Journal**, por sua vez, foi pedir explicações do Tesouro sobre o que se poderia entender pelo termo "convencional" usado na nota oficial. "Meios convencionais, afirmou a fonte, são os que os devedores seguiram no passado, sem confrontos, prejuízos ou calotes a bancos e outros credores."